



BAHIA

Compromisso Cumprido



O Sindvigilantes/BA mais uma vez cumpre o seu fundamental papel nestes últimos três dias de pagamentos do contrato CZ/Carrefour aos vigilantes, garantindo que cerca de R\$ 2 milhões fossem distribuídos de forma justa aos trabalhadores. Como intermediário nesse processo, o sindicato assegurou que os trabalhadores recebessem seus direitos de maneira eficiente e sem contratemplos. Essa iniciativa foi um verdadeiro sucesso para a categoria, demonstrando a importância da atuação sindical na defesa dos direitos trabalhistas.

A atuação do Sindvigilantes/BA nesses três dias de pagamentos do contrato CZ/Carrefour foi exemplar. Com um volume expressivo de recursos, o sindicato garantiu que cada

vigilante recebesse o valor correspondente ao seu trabalho de maneira ágil e transparente. A intermediação do processo pelo sindicato foi essencial para evitar eventuais problemas e assegurar que os trabalhadores pudessem contar com o que lhes eram devidos dentro do prazo estabelecido.

Essa ação do Sindvigilantes/BA nos pagamentos do contrato CZ/Carrefour aos vigilantes foi um grande sucesso. O sindicato demonstrou sua eficiência e comprometimento, e essa conquista reforça a importância do trabalho sindical na defesa dos direitos trabalhistas e no fortalecimento dos profissionais da segurança no Estado da Bahia

FONTE: Sindvigilantes/BA

Na última semana a Justiça do Trabalho condenou a empresa RN Segurança a efetuar o pagamento do vale alimentação dos vigilantes até o dia 5º útil de cada mês



A medida foi determinada após ação ajuizada pelo Sindsegur devido aos constantes atrasos no pagamento do benefício dos trabalhadores.

Como obrigação de pagar, o juiz condenou a reclamada a cumprir o disposto na cláusula 14ª da CCT 2023/2024 e realizar o pagamento do vale-alimentação no prazo determinado, qual seja, até o dia de pagamento do salário do mês em curso.

Caso a empresa não cumpra a determinação fica estabelecida multa prevista na cláusula 63ª, por descumprimento do prazo para pagamento do vale alimentação até a data de pagamento dos salários – quinto dia útil do mês subsequente (cláusula 13ª), a qual deverá corresponder a 2% do piso salarial de cada mês em que foi verificado o atraso em favor de cada empregado prejudicado.

O Sindsegur é um sindicato de luta e vai continuar denunciando as empresas que descumprem direitos e cobrar, política e juridicamente, que as mesmas assumam seus compromissos trabalhistas.

Vamos fortalecer a mobilização para fazer valer nossos direitos e avançar nas conquistas.

Fonte: SINDSEGUR

No dia 14 de agosto, a justiça do trabalho unificou todos processos encaminhados pelo Sindsegur contra a empresa REALIZA SEGURANÇA

São diversas ações sobre salário, vale alimentação, férias e FGTS dos vigilantes. Uma nova audiência está agendada para o dia 04 de setembro de 2023.

Vale ressaltar, que todas as audiências até a junção dos processos foram finalizadas e contou com a participação da advogada Thaisa Fernandes, que faz parte da assessoria jurídica do Sindsegur.

Diante da situação foi encaminhada a suspensão e manutenção dos autos no CEJUSC,

com nova audiência agendada para o dia 04 de setembro.

Os representantes do nosso sindicato também debateram com a juíza responsável sobre a situação dos vigilantes. Além disso, a nossa entidade conta com o apoio do CEJUSC para agilizar junto a 1ª Vara do Trabalho o requerimento dos bloqueios com objetivo de conseguir disponibilização dos recursos pelo DNOCS e resolver as demandas em questão.

Fonte: SINDSEGUR



Margaridas marcham em Brasília movidas pela esperança de reconstrução do Brasil

Mobilização completa 23 anos e espera respostas do governo Lula para pauta com 13 reivindicações



Uma das maiores mobilizações de mulheres do país volta à Brasília nesta terça (14) e quarta-feira (15). É a 7ª Marcha das Margaridas que

completará 23 anos desde a primeira edição que ocupou a capital federal, para lutar contra a pobreza e a violência sexista.

Enquanto em 2000, ainda durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a pauta se baseava em três eixos, valorização da participação da mulher na reforma agrária e na agricultura familiar, a garantia e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais e o combate à violência e impunidade no campo e a todas as formas de discriminação social e de gênero, em 2023, a lista de reivindicações é bem mais extensa.

A manifestação deste ano conta com 13 eixos políticos:

- Democracia participativa e soberania popular
- Poder e participação política das mulheres
- Autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética
- Democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maréórios
- Vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional
- Direito de acesso e uso da biodiversidade, defesa dos bens comuns e proteção da natureza com justiça ambiental e climática
- Autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda
- Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo
- Saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária
- Universalização do acesso à internet e inclusão digital
- Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo
- Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade

O norte das margaridas é a reconstrução do Brasil após seis anos de resistência em que em que as políticas públicas e os direitos da população mais vulnerável foram atacados desde o governo do golpista Michel Temer (MDB) até a eleição do ex-presidente, hoje inelegível, Jair Bolsonaro (PL).

A marcha deste ano também defende a ideia de bem viver, um conceito que está associado à experiência de vida coletiva expressa por meio da solidariedade, do compartilhamento e do direito à existência para todas, inclusive das mulheres negras, trabalhadoras, do campo, da floresta e das águas, as mais afetadas pela devastação e mercantilização da natureza e da biodiversidade a partir da atuação devastadora de transnacionais da mineração e do agronegócio.

Associado a todos esses aspectos, a secretária de Mulheres da CUT, Juneia Batista, aponta a importância das manifestações para garantir ainda o protagonismo político feminino.

“Nossa expectativa é reunir 100 mil margaridas, 4 mil apenas da CUT, para reafirmar uma agenda em defesa das nossas vidas e da nossa soberania. Passamos quatro anos de resistência durante o governo do inominável e agora o objetivo é avançar em nossas pautas”, afirma.

Começo de tudo

Coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a mobilização tem como ponto de partida a resposta ao assassinato da sindicalista Margarida Maria Alves. Trabalhadora rural, nordestina e uma das primeiras mulheres a exercer um cargo de direção sindical no Brasil. Ela foi assassinada a tiros na porta de casa em 1983.

A secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, Maria José Morais Costa, mais conhecida como Mazé, afirma que a expectativa é por respostas concretas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que já confirmou presença no evento.

Desde a primeira edição, as mulheres obtiveram avanços para as trabalhadoras rurais como titulação conjunta de terras, programas de documentação, acesso ao crédito, à educação no campo e à aposentadoria aos 55 anos, dentre outras vitórias.

De acordo com Mazé a expectativa é retomar políticas que foram retiradas ou extintas e, apesar de afirmar que todas as reivindicações são fundamentais, ela elege o combate à violência contra as mulheres e o acesso à saúde, à terra e à educação como pontos essenciais.

“Espero que no dia 16, o governo do presidente Lula faça anúncios sobre nossas reivindicações que efetivamente tenham impacto sobre a vida das mulheres. Especialmente em relação à terra, porque sem ela não há como produzir, gerar renda e ter autonomia”, diz.

As margaridas

Muito antes do ato político, a marcha começa com histórias de solidariedade que marcam quem vai para Brasília e ajudam a formar olhares. Em Sergipe, a Secretaria da Mulher da CUT organizou um brechô itinerante, vendeu

roupas, bijouterias, artesanato, entre outros itens, para angariar fundos, custear os ônibus e alimentação durante a viagem para o maior número possível de ‘Margaridas’ poder estar presente na capital federal.

Pessoas como Verônica Souza Santos Oliveira, titular de uma terra no assentamento Cajazeira, no povoado de Pururuca, em Sergipe. “Sei que para eu conseguir a minha terra, muitas mulheres lutaram, foram a Brasília, saíram de suas casas. E a gente sabe, tem agricultora que até para participar de uma reunião do sindicato não tem direito porque o marido não deixa. Ela precisa sair de fininho, dar um jeitinho para participar. Então, quando a gente faz este chamado é pra dizer que venham mesmo e participem. Lutar é preciso”, avalia.

Programação

Além da marcha, o encontro de mulheres na capital federal ainda apresentará uma extensa programação que começa já nesta quinta-feira, às 9 horas, no Plenário do Senado Federal, onde acontecerá a Sessão Solene em homenagem à manifestação. A secretária da CUT, Juneia Batista, representará as trabalhadoras das centrais sindicais.

O acampamento dos movimentos, como ocorreu nas edições anteriores, será no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, onde haverá diversas atividades culturais e de formação.

Na parte interna do Pavilhão, a organização promoveu a instalação da Casa de Margarida Alves, espaço que funcionará exclusivamente no dia 15, das 9 horas às 17 horas, e receberá lançamento de livros, espetáculos, filmes e documentários.

Ao longo do dia, a programação inclui debates, giras de conversas, oficinas, painéis e espaços fixos dedicados a ações como trocas de sementes.

Na área externa, haverá a instalação da Mostra Nacional da Produção das Margaridas e também um ponto de coleta da campanha de arrecadação de alimentos não-perecíveis e de roupas em bom estado, principalmente de agasalhos, para doação a entidades que atendem pessoas carentes de Brasília.

A concentração para a marcha será na quarta-feira (16), às 6 horas, em frente ao Pavilhão do Parque da Cidade, de onde as mulheres sairão rumo ao Congresso Nacional, onde ocorrerá o ato de encerramento, previsto para às 10h30, com a presença do presidente Lula.

FONTE: CUT - Escrito por: Luiz Carvalho e Iracema Corso

Ministra da Saúde anuncia repasses para pagamento do piso da enfermagem

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou nesta quarta-feira (9) que o governo federal vai repassar recursos a estados e município para custear o piso salarial da enfermagem.



Nesta quarta (09), a ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou que o governo federal vai repassar recursos a estados e município para custear o piso salarial da enfermagem. De acordo com Trindade, a transferência será feita até 21 de agosto.

O anúncio foi feito na Secretaria de Relações Institucionais, ao lado de representantes da categoria. “Estivemos aqui reunidos para discutir a implementação do piso da enfermagem, como fazer de forma segura para garantir o direito da nossa categoria de forma harmônica entre estados, municípios e governo federal”, explicou.

Segundo Trindade, foi implementado um “guia” com um passo a passo de como implementar o piso, seguindo determinações do Supremo Tribunal Federal (STF). “Vamos concluir toda essa etapa com a previsão de fazer essa remuneração a estados e municípios, fazer essa transferência até o dia 21 de agosto”, disse a ministra.

O novo piso salarial da enfermagem foi implementado pela lei 14.434 de 2022, mas foi suspenso no STF sob argumento de ausência de indicação da fonte de custeio e dos impactos da

alteração legislativa sobre a situação financeira de estados e municípios. Em 12 de maio, o presidente Lula sancionou projeto de lei que abriu crédito especial de R\$ 7,3 bilhões para o pagamento do piso.

Depois disso, a Suprema Corte voltou atrás e liberou o pagamento, mas com ressalvas. O relator do caso, ministro Roberto Barroso, notou que o valor de R\$ 7,3 bilhões reservado pela União não deve ser capaz de custear todo o gasto para implementação do piso salarial, já que o impacto financeiro da implementação, no primeiro ano, seria de R\$ 10,5 bilhões somente para os municípios.

Assim, em relação aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como às entidades privadas que atendam no mínimo 60% de seus pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS), Barroso fixou que a obrigatoriedade do piso só existe no limite dos recursos recebidos da União, não impedindo que entes que tiverem essa possibilidade arquem com a implementação.

“Já realizamos o pagamento retroativo dos servidores do Ministério da Saúde e temos discutido semanalmente com fóruns de enfermagem, governadores, prefeitos e o setor privado [que atendem] 60% SUS para viabilizar os repasses”, escreveu Nísia Trindade em uma rede social.

O novo piso para enfermeiros contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é de R\$ 4.750, como definido pela lei. Técnicos de Enfermagem recebem, no mínimo, 70% desse valor (R\$ 3.325) e auxiliares de Enfermagem e parteiras, 50% (R\$ 2.375). O piso vale para trabalhadores dos setores público e privado.

Foto: Agência Brasil
Fonte: Confetam-CUT

É válido turno ininterrupto em escala 4x4, decide TST

É válida norma coletiva que estipula jornada de trabalho de 12 horas, em escalas de 4x4, em turnos ininterruptos de revezamento. O entendimento é da 2ª Subseção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho, que julgou o assunto. A decisão tem impacto principalmente no setor portuário e em indústrias



TST julgou válida a jornada a escala 4x4, que foi prevista em cláusula coletiva

A ação rescisória foi ajuizada por uma empresa para desconstituir sentença que considerou inválida a jornada, prevista em cláusula coletiva, superior a 8 horas diárias em turno ininterrupto de revezamento. Também foi usada a Súmula 423 do TST como argumento.

O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT-ES) negou o pedido com o fundamento de que haveria controvérsia sobre a validade da jornada 4x4 e que a rescisão do julgado somente seria cabível quando houvesse violação literal a uma norma. Os ministros do TST entenderam de forma diversa.

“Destaca-se que a interpretação do artigo 7º, XXVI, da Constituição, dada por esta corte com a Súmula 423, no sentido de limitar a ampliação da jornada em turnos ininterruptos de revezamento, por meio de negociação coletiva, a 8 horas, encontra-se superada pelo entendimento do STF, em razão do caráter vinculante do julgamento do Tema 1.046”, diz trecho do acórdão.

Com isso, o tribunal julgou procedente a rescisória para reconhecer a validade da norma coletiva que instituiu o regime 4x4 e indeferir o pedido de horas extras superiores à sexta diária.

De acordo com Sandro Vieira de Moraes, do SGMP Advogados, que representou a empresa do setor portuário, a decisão é importante por dar uma sinalização do julgamento de matéria que se encontra em julgamento no Pleno do TST para definir exatamente a validade do turno de 2x2x4 à luz da Súmula 423.

“O processo afetado ao Pleno decorre de empate no julgamento na SDI-I do TST acerca do tema e, posteriormente, houve suspensão do julgamento em razão do tema 1.046 do STF. Agora, com o julgamento à unanimidade dos ministros da SDI-II do TST, parece claro que o Pleno do TST deve entender pela legalidade da jornada 2x2x4 (também conhecida como 4x4)”, afirmou.

FONTE: Revista Consultor Jurídico

Programa da Caixa criado sob Bolsonaro deixa FGTS com calote de R\$ 2 bilhões

Empréstimos por meio do aplicativo Caixa Tem resultaram em inadimplência acima de 80%, gerando prejuízos tanto para o FGTS quanto para o banco estatal

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) tomou um calote de mais de R\$ 2 bilhões após investir em um programa de microcrédito promovido pela Caixa Econômica Federal durante o governo de Jair Bolsonaro. O programa de empréstimos, que empregou recursos provenientes dos trabalhadores, registrou uma taxa de inadimplência superior a 80%, gerando prejuízos tanto para o FGTS quanto para a própria Caixa. O montante emprestado pelo banco estatal totalizou R\$ 3 bilhões, dos quais R\$ 2,3 bilhões não foram reembolsados, incluindo um prejuízo de R\$ 460 milhões para a Caixa.

Através do aplicativo Caixa Tem, a instituição ofereceu empréstimos de até R\$ 1.000 para indivíduos, inclusive para aqueles com histórico de inadimplência, e até R\$ 3.000 para microempreendedores individuais, destaca o jornal Folha de S. Paulo. Entretanto, a alta taxa de inadimplência resultou na suspensão das operações do programa denominado SIM Digital em junho deste ano.

Questionada a respeito do assunto, a Caixa confirmou que está empenhada na recuperação dos recursos provenientes dos contratos inadimplentes, com o intuito de minimizar os prejuízos causados ao FGTS. Adicionalmente, uma auditoria interna foi instaurada para investigar os acontecimentos relacionados à operação de microcrédito com a garantia do FGTS, por determinação da presidência do banco.

O FGTS aportou R\$ 3 bilhões no Fundo Garantidor de Microfinanças (FGM) durante o primeiro trimestre de 2022. No entanto, apenas cerca de R\$ 1 bilhão foi recuperado em julho do mesmo ano, resultando na perda do restante

dos recursos. O aporte no FGM foi autorizado por meio de uma Medida Provisória e não passou pela aprovação do Conselho Curador do FGTS, composto por representantes do governo, dos trabalhadores e das instituições patronais.

O FGM foi estabelecido como fonte de garantia para os bancos que aderiram ao Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores, conhecido como SIM Digital. No entanto, a legislação que instituiu o programa não estabeleceu garantias ou avais por parte da União em relação aos recursos aportados pelo FGTS.

O SIM Digital foi criado pelo governo de Bolsonaro antes do início da campanha eleitoral e estava aberto para participação de qualquer banco. A garantia fornecida pelo FGM, financiado pelo FGTS, serviu como incentivo para a adesão dos bancos, mas apenas a Caixa demonstrou interesse. À época, o presidente do banco público era Pedro Guimarães, um colaborador próximo de Bolsonaro, que percorreu diversos países, incluindo Bangladesh, Colômbia, Quênia, México e Peru, em busca de insights sobre microcrédito para desenvolver o programa.

Poucos meses após a Caixa oficializar sua adesão ao SIM Digital, Pedro Guimarães deixou o cargo de presidente do banco devido a alegações de assédio sexual. Naquele momento, o FGM já havia assegurado R\$ 1,7 bilhão em operações de microcrédito. Sua sucessora, Daniella Marques, anteriormente secretária especial do ex-ministro Paulo Guedes no Ministério da Economia, continuou com a oferta de empréstimos, porém a um ritmo mais moderado. Até o mês das eleições de 2022, outubro, o FGM havia garantido R\$ 2,4 bilhões.

FONTE: 247

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF